

ANTONIO CANDIDO E A CONSCIÊNCIA DO ATRASO¹

PAULO FRANCHETTI*

RESUMO

Descrevem-se neste trabalho algumas inflexões da obra de Antonio Candido: num primeiro momento, apresenta-se a sua perspectiva histórica da literatura e da cultura brasileira nos anos do desenvolvimentismo (década de 1950), que apontava para a integração do Brasil no concerto das nações civilizadas; num segundo, descreve-se o impacto do golpe militar de 1964 no pensamento do autor e as alterações na sua percepção quanto à modernização do país e o lugar a ele reservado na ordem capitalista mundial; por fim, em decorrência desse impacto, discute-se a valorização do popular na avaliação de algumas obras do século XIX, bem como a correlata expectativa de realização de uma transformação cultural e política do país por meio de uma grande aliança, um grande pacto nacional.

PALAVRAS-CHAVE: cultura brasileira, Antonio Candido, literatura brasileira.

Quando convidado para ministrar esta aula inaugural, no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, decidi dedicar a sessão à memória do Prof. Antonio Candido, recentemente falecido. Em parte como dever de retribuição a quem tanto ensinou a todos nós. Para isso, retomei e atualizei um texto de apresentação do seu pensamento para o público estrangeiro, lido em Portugal poucos meses antes da sua morte.

Além do valor de homenagem póstuma, a escolha nasce de um imperativo intelectual, pois é praticamente impossível compreender os debates sobre literatura no Brasil, ao longo da segunda metade do século XX, sem considerar com atenção a obra desse autor que esteve, como patrono ou adversário, no centro de praticamente todas as discussões sobre a literatura e a cultura nacional.

Consciente, porém, de que uma apresentação sequenciada da obra de Candido não é necessária – uma vez que as suas teses e pontos

* Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil.
E-mail: paulofranchetti@gmail.com.

de vista estão presentes, por via direta ou indireta, no dia a dia de estudantes e professores –, o que aqui vou fazer é apenas identificar algumas das suas articulações centrais e tentar perceber os seus momentos de inflexão – os seus “momentos decisivos”, para glosar o subtítulo de seu livro mais conhecido e influente.

Começemos, pois, por essa obra seminal, que já tem seis décadas de vida pública, mas hoje é ainda debatida, às vezes e apaixonadamente, como se tivesse sido escrita e publicada há poucos meses.

ILUSTRAÇÃO, AUTONOMIA E INTEGRAÇÃO

Formação da literatura brasileira foi escrito entre 1945 e 1951, mas só foi publicado em 1959.

Dentre os muitos pontos pelos quais poderia começar a apresentação dessa obra, creio que vale a pena, pela implicação crítica que essa formulação vai ter na obra de Candido e de seus discípulos, fazê-lo pela consideração daquela que talvez seja a passagem mais problematizada, que se encontra já no prefácio:

Há literaturas de que um homem não precisa sair para receber cultura e enriquecer a sensibilidade; outras, que só podem ocupar uma parte da sua vida de leitor, sob pena de lhe restringirem irremediavelmente o horizonte. Assim, podemos imaginar um francês, um italiano, um inglês, um alemão, mesmo um russo e um espanhol, que só conheçam os autores da sua terra e, não obstante, encontrem neles o suficiente para elaborar a visão das coisas, experimentando as mais altas emoções literárias.

Se isso já é impensável no caso de um português, o que se dirá de um brasileiro? A nossa literatura é um galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das musas... Os que se nutrem apenas delas são reconhecíveis à primeira vista, mesmo quando eruditos e inteligentes, pelo gosto provinciano e falta de senso de proporções (CANDIDO, 1971, I, p. 9).

E em outro trecho, encontra-se esta passagem, também decorrente da consciência aguda da falta:

Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime. Se não for amada, não revelará a sua

mensagem; e se não a amarmos, ninguém o fará por nós. Se não lermos as obras que a compõem, ninguém as tomará do esquecimento, descaso ou incompreensão. Ninguém, além de nós, poderá dar vida a essas tentativas muitas vezes débeis, outras vezes fortes, sempre tocantes, em que os homens do passado, do fundo de uma terra inculta, em meio a uma aclimatação penosa da cultura europeia, procuravam estilizar para nós, seus descendentes, os sentimentos que experimentavam, as observações que faziam – dos quais se formaram os nossos (CANDIDO, 1971, I, p. 10).

Ressaltam dessas duas passagens não apenas a ideia da literatura como destinação (“procuravam estilizar para nós”), projeto de constituição e continuidade da tradição, mas também (e principalmente) o imperativo moral, a responsabilidade brasileira de buscar e manter (ou mesmo reconstruir, pois são obras relegadas ao esquecimento) a tradição que nos teria sido destinada e que aqui o autor assume como intérprete e continuador.

Entretanto, apesar do que poderiam indicar a presença da falta e a relativização da qualidade nesse esforço que é descrito como heroico (“no fundo de uma terra inculta”), o livro não se apresenta como um trabalho meramente histórico. Pelo contrário, embora se proponha a “averiguar quando e como se definiu uma continuidade ininterrupta de obras e autores, cientes quase sempre de integrarem um processo de formação literária” (p. 25), a questão da avaliação não fica em segundo plano. Segundo o autor, “procurando sobretudo interpretar, este não é um livro de erudição, e o aspecto informativo apenas serve de plataforma às operações do gosto” (CANDIDO, 1971, I, p. 31).

Não creio que essa formulação tenha recebido toda a atenção que merece, embora as suas consequências para a elaboração do livro sejam enormes. A verdade é que a questão do gosto é decisiva na apreciação do lugar e da importância dos autores, e nunca se apaga diante do seu valor funcional na construção do sistema.

Por exemplo: o capítulo VI do livro se intitula “Formação da rotina”, e nele se encontra uma seção intitulada precisamente “Mau gosto”, na qual inclusive se afirma que as traduções de Odorico Mendes “tocam as raias do bestialógico” e se refere que tal mau gosto não era exclusivo dos helenistas, mas generalizado, o que se ilustra com muitos exemplos.

E numa passagem como esta, a seguir, verifica-se como o gosto determina o cânone, prevalecendo sobre o critério funcionalista que definiria a existência da literatura no Brasil:

Tal mania revela espíritos retorcidos que procuram compensar a imaginação vacilante com a elevação ilusória da palavra complicada, já que são incapazes de criar com os elementos normais da língua, cujos limites não precisaram extravasar um Cláudio Manuel ou um Basílio da Gama (CANDIDO, 1971, vol. 1, p. 202).

E é tão forte essa aversão, que, no volume II, ao tratar de Porto Alegre, o autor o associa ao espírito dos “arcades rotinizados, e que encontrou no Odorico Mendes tradutor de Homero um ápice de tolice” (CANDIDO, 1971, II, p. 74).

Ora, se o objetivo do livro fosse apenas descrever o sistema, a integração consciente dos produtores com os leitores, por meio de um código cultural assente, não seria razoável condenar a rotinização ou a difusão de qualquer padrão de gosto – e, por certo, o momento de esplendor do sistema seria o Parnasianismo, sobre o qual o autor, em outra obra (redigida embora de parceria), não demonstra qualquer entusiasmo, chegando a atribuir o seu duradouro sucesso de público ao fato de satisfazer a “sensibilidade semiculta da burguesia” e a condenar Bilac por ter se mantido como “poeta do gosto médio, e mesmo medíocre” (CANDIDO, 1973, II, p. 103, 200).

Mas tanto não é esse o objetivo, que o autor claramente assume a importância do juízo crítico como instância final de reconstrução do passado histórico:

Perceber, compreender, julgar. Nesse livro, o aparelho analítico da investigação é posto em movimento a serviço da receptividade individual, que busca na obra uma fonte de emoção e termina avaliando o seu significado (CANDIDO, 1971, I, p. 33).

O significado da obra, portanto, é o resultado de vários vetores de força presentes na descrição do passado – entre os quais não é menor o empenho do crítico na consolidação de um padrão de gosto firmado em meados do século XX, período no qual se teria dado a completa maturidade do sistema (e a da sua própria geração).

Entretanto, para o que interessa expor aqui – e que acredito possa permitir perceber a articulação maior da obra de Candido –, vale a pena pensar a questão do “sistema” do ponto de vista da relação entre o Brasil e as matrizes culturais europeias – que são, de uma forma ou outra, a fonte do padrão de gosto e o metro principal da avaliação.

A essa questão, no livro de 1959, é dedicado o capítulo 5 do primeiro volume, intitulado precisamente “A presença do Ocidente”. Mas já na parte do livro em que sumaria o lugar do Arcadismo na formação da literatura nacional brasileira, afirma que ele conveio ao Brasil e expõe o ponto de vista de que a literatura aqui produzida unia a expressão do local (que aspirava à expressão literária) e o desejo de integração na Europa:

No caso do Brasil a poesia pastoral tem significado próprio e importante, visto como a valorização da rusticidade serviu admiravelmente à situação do intelectual de cultura europeia num país semibárbaro, permitindo-lhe justificar de certo modo o seu papel. Poderíamos talvez dizer que, sob este ponto de vista, e ao contrário do que se vem dizendo desde o Romantismo, ela foi aqui mais *natural* e justificada, pois dava expressão a um diálogo por vezes angustiosamente travado entre civilização e primitivismo. A adoção de uma personalidade poética convencionalmente rústica, mas proposta na tradição clássica, permitia exprimir a situação de contraste cultural, valorizando ao mesmo tempo a componente local – que aspirava à expressão literária – e os cânones da Europa, matriz e forma de civilização a que o intelectual brasileiro pertencia, e a cujo patrimônio desejava incorporar a vida espiritual do seu país (CANDIDO, 1971, I, p. 65).

Essa mesma ideia é retomada no já referido capítulo 5, no qual o Brasil é apresentado como “apêndice da metrópole” e o Arcadismo como fornecedor de bons elementos para incorporar a cultura brasileira à ocidental.

A maior parte do tempo – ou melhor, nos passos em que percebe melhor resolução estética – a relação Brasil/Europa é descrita por Candido, em 1959, a partir do desejo brasileiro de incorporação ao universalismo da cultura europeia.

Talvez seja possível, mesmo, afirmar que a vituperada quinquilharia clássica tenha sido, no Brasil, excelente e proveitoso fator de

integração cultural, estreitando com a cultura do Ocidente a nossa comunhão de coloniais mestiçados, atirados na aventura de plasmar no trópico uma sociedade em molde europeu (CANDIDO, 1971, I, p. 74).

E ainda:

O tempo era de literatura universalista, orientada para o que de mais geral houvesse no homem. [...] os escritores asseguravam universalidade às manifestações intelectuais da Colônia, vazando-as na linguagem comum da cultura europeia. E com isto realizavam o voto mais profundo dos brasileiros instruídos, expresso nos versos admiráveis de Cláudio: Cresçam do pátrio rio à margem fria / A imarcescível hera, o verde louro (CANDIDO, 1971, I, p. 74).

Em geral, são esses o tom e o sentido da construção literária na nação americana. E apenas raramente o processo de constituição do sistema literário brasileiro é designado como processo de dominação cultural. Quando isso ocorre, é fácil verificar que o conceito é colorido ou contrabalançado pelas tintas mais alegres da integração.

Isso se dá, por exemplo, quando comenta o baixo nível das agremiações de meados do XVIII e, ao mesmo tempo, registra que ali se criou consciência de grupo intelectual, ali se formou público de recorte ideológico preciso, para o qual a literatura cumpria um papel importante:

[constituir-se em] elemento de proposição e reforço dos padrões dominantes, girando as suas produções quase sempre em torno da devoção religiosa, a lealdade monárquica, o respeito à hierarquia; enfim, reforçando a cada passo a estrutura vigente de dominação. No caso da colônia brasileira, é preciso ajuntar que representavam, neste sentido, um reforço da política de imposição da cultura erudita de tipo europeu, em detrimento das manifestações de cunho popular, que assumiam relevo ameaçador em certos casos. Há mesmo vários exemplos de coexistência das duas culturas em certas comemorações, revelando a concorrência e a necessidade de consolidar a de tipo erudito e europeu (CANDIDO, 1971, I, p. 79).

Essa afirmação dura, entretanto, é logo superada pelo vislumbre do fortalecimento do nativismo, por meio da celebração do local – e pelo

elogio das academias pós-Pombal como superação do conformismo a favor da liberdade do pensamento.

A prevalência do integrativo continua na avaliação dos grandes árcades, que buscavam e conseguiam a harmonia do sentimento local com a expressão universal.

Ainda no que diz respeito à integração e à relação entre a cultura erudita e as classes dominantes, a melhor expressão do seu pensamento nessa época é esta passagem de um capítulo intitulado “A nossa aufklärung”:

em poucos momentos, quanto naquele, a inteligência se identificou tão estreitamente aos interesses materiais das camadas dominantes (que de certa forma eram os interesses reais do Brasil), dando-lhes roupagem ideológica e cooperação na luta (CANDIDO, 1971, I, p. 238).

Nessa passagem, Candido se refere ao ambiente de preparação da independência do Brasil, descrita como “superação do estatuto colonial”. Sobre esse ponto, ainda voltaremos a falar. Mas registre-se, por enquanto, apenas que o privilégio da “integração” na descrição do processo formativo do sistema é tão notável que lhe permite fundir o interesse das camadas dominantes com os interesses de toda a nação brasileira.

Essa coincidência se deve à forma como Candido vê o processo civilizacional no Brasil, que ele busca descrever por meio da narrativa em que expõe a construção e a consolidação do sistema literário: a integração progressiva do país à cultura europeia. Nas suas palavras:

O Classicismo terminou por ser assimilado à Colônia, o Romantismo à Independência – embora um continuasse a seu modo o mesmo movimento, iniciado pelo outro, de realização da vida intelectual e artística nesta parte da América, continuando o processo de incorporação à civilização do Ocidente (CANDIDO, 1971, I, p. 303).

Essa é a tônica do livro de 1959: demonstrar o esforço de integração, pela cultura e pelas instituições. E não apenas no período colonial, mas também e principalmente ao longo do nacional.

De fato, não se trata aqui de pôr em cena uma retórica de dominação, contraposição ou imposição de fora para dentro que explique

o movimento íntimo da literatura brasileira. Trata-se, pelo contrário, de descrever um movimento de dentro para fora, de incorporação do menor ao maior, entendido como modelo e destino.

A questão ganha importância ainda maior no início do volume 2, no qual Candido tem de se defrontar com um problema delicado: se o seu interesse é a descrição da constituição de um sistema e narrar a sua evolução, como fazer para que o “sistema” colonial de Minas, destruído pela repressão aos Inconfidentes, seja um momento anterior do “sistema” romântico, vigente na corte nacional? Porque nenhum dos elementos tem, a rigor, continuidade: nem o público era o mesmo, nem os autores pertenciam ao mesmo universo, nem o código (as obras) permanecia. O que lhe permitia, portanto, dizer que se tratava de dois momentos de um mesmo sistema, em vez de dois sistemas autônomos, construídos em dois momentos que são política e economicamente radicalmente distintos?

A resposta parece ter base dupla: por um lado, a visada retrospectiva romântica que se apropria do passado como anúncio do presente; por outro, a linha de continuidade que é dada de modo por assim dizer reflexo – ou seja, o movimento integrativo em direção à Europa, onde a evolução se faz de modo orgânico, permite a descrição da literatura produzida no Brasil como dotada de uma continuidade que parece não ter existido, do ponto de vista da articulação autor-obra-público.

Eis a passagem:

O movimento arcádico significou, no Brasil, incorporação da atividade intelectual aos padrões europeus tradicionais, ou seja, a um sistema expressivo, segundo o qual se havia forjado a literatura do Ocidente. Nesse processo verificamos o intuito de praticar a literatura, ao mesmo tempo, como atividade desinteressada e como instrumento, utilizando-a ao modo de um recurso de valorização do país – quer no ato de fazer aqui o mesmo que se fazia na Europa culta, quer exprimindo a realidade local. / O período que se abre à nossa frente prolonga sem ruptura essencial este aspecto, exprimindo-o todavia de maneira bastante diversa, graças a dois fatores novos: a Independência política e o Romantismo, desenvolvido este a exemplo dos países de que nos vem influxo de civilização (CANDIDO, 1971, II, p. 9).

Nesse quadro, o diferencial do Romantismo é o desejo de autonomia. O desejo “de criar uma literatura *independente, diversa*, não apenas uma *literatura*” – e a transformação da literatura de prova de valor brasileiro e esclarecimento mental em tarefa patriótica de construção nacional.

E aqui surge um traço muito particular do desenho da *Formação*, que é a sua forma de conceber as pontes com a Europa. Nesse livro, a progressiva incorporação da literatura do Brasil ao Ocidente era, simultaneamente, a progressiva ruptura com Portugal:

Para antecipar o que será versado em pormenor no segundo volume da obra, digamos desde já que o Romantismo no Brasil foi episódio do grande processo de tomada de consciência nacional, constituindo um aspecto do momento de independência. Afirmar a autonomia no setor literário significava cortar mais um liame com a mãe Pátria (CANDIDO, 1971, I, p. 202).

A formulação é clara e notável: para Candido, em 1959, integrar-se o Brasil ao concerto das literaturas do Ocidente significava ultrapassar o estatuto colonial, aqui identificado à manutenção da cultura nos limites da cultura da metrópole. Trata-se, por assim dizer, de um antilusitanismo universalista.

No que toca à relação entre a literatura produzida no Brasil e a literatura portuguesa e ocidental, vemos agora, portanto, que a metáfora do arbusto com que abrimos estas reflexões descreve bem um dos sentidos fortes do livro de Candido.

De fato, a ideia de transplante e, principalmente, de adaptação e crescimento autônomo é central na construção do discurso e dos argumentos e se encontra modalizada ou aludida em várias páginas ao longo do livro.

Inclusive no prefácio à segunda edição, quando afirma que “o Arcadismo plantou de vez a literatura do Ocidente no Brasil” (CANDIDO, 1971, I, p. 17).

Mas há um momento particular, no primeiro volume, em que essa analogia vegetal se apresenta nesse livro. Um momento que vale a pena lembrar, por resumir boa parte do argumento. E também pela sua sutileza e adequação, por assim dizer, poética:

No limite surgiu o indianismo, sobretudo com Basílio da Gama e Durão, verdadeira reinterpretção, segundo os dados especificamente locais, do diálogo campo-cidade, contido nos gêneros bucólicos. Como a vara da lenda, o cajado dos pastores virgilianos, fincado no solo brasileiro, floresceu em cocares e plumas, misturando velha seiva mediterrânea à “claridade do dia americano” (CANDIDO, 1971, I, p. 65).

A imagem é de fato perfeita para o fim a que se destina, porque mobiliza não só a junção cristianismo/paganismo, mas ainda retoma e reforma a lenda da fundação de Curitiba, fazendo a civilização nascer maravilhosamente não da vara rústica, mas do cajado europeu, destacando o milagre da transformação da *secura arcádica* em colorido florescimento romântico, pleno de cor local.²

Nesta apresentação não se tratará dos capítulos individuais, que constituem a principal riqueza do livro, mas apenas dessas questões maiores, que são a definição do gosto e a forma de encarar a constituição da literatura brasileira em face das literaturas europeias.

E por isso também, na fortuna crítica do livro, interessarão sobretudo essas questões.

LUSOFILIA *VERSUS* NACIONALISMO

Desse ponto de vista, a mais importante reação ao livro de Candido foi assinada, no mesmo ano de lançamento, por Afrânio Coutinho.

Para ele, o laço que prendia a literatura brasileira à europeia era de submissão. E o momento em que escrevia era apresentado como plenamente autônomo, independente. Eis como se exprime:

Levamos séculos lutando por libertar-nos do jugo moral, intelectual, político das metrópoles colonizadoras. Hoje o sentimento de nossa autonomia é patente: procuramos pensar por nós mesmos o país que é nosso, no continente cujos problemas só nós sentimos e cuja civilização só nós podemos construir. Um sentimento de maioria nos domina. Nosso espírito amadurece, tomamos consciência de nós mesmos, pensamos por conta própria, sem a subserviência a padrões, normas, interesses europeus, como era hábito até o começo do século, quando os homens raciocinavam em termos europeus e sonhavam em “retornar” à Europa (COUTINHO, 1981, p. 36).

Daí que considere o livro de Candido falho, enganado na forma de apresentar justamente essa relação entre a Europa e o Brasil, pois, de seu ponto de vista, é insustentável descrever a época colonial como “*um aspecto da literatura portuguesa, da qual não pode ser destacada*”³ (COUTINHO, 1981, p. 39).

O nacionalismo extremado de Coutinho o leva, dessa forma, a acusar Candido de lusofilia. Primeiro, por “abrir mão” do patrimônio literário colonial, “entregando-o à metrópole”. Segundo, por ser um exemplo do efeito de termos sido “educados secularmente numa subserviência ao pensamento luso, de todo em todo indigna de um povo culturalmente autônomo” (COUTINHO, 1981, p. 45).

Por fim, um último reparo diz respeito (num momento em que o New Criticism era divulgado no Brasil pelo próprio Coutinho) à metodologia. No caso, ao duplo pressuposto que Candido explicitara no prefácio:

Assim, por todos esses motivos é retardatária a posição dos que ainda usam tais conceitos cediços, como é o caso do livro de Antonio Candido. É uma obra que surgiu atrasada. Deveria ter sido publicada em 1945, quando elaborada. Então ficaria com o significado de obra de transição entre a concepção crítico-historiográfica de Sílvio Romero, a que se liga pela sua conceituação sociológica, e as novas aspirações ao estabelecimento de critérios estéticos para o estudo do fenômeno literário, que o livro namora, embora tentando repelir, e que constituem as preocupações atuais da nova crítica brasileira no que tange ao estudo da literatura do passado e do presente (COUTINHO, 1981, p. 49).

A essa crítica feroz, Candido responde no prefácio da segunda edição, negando que seu livro possa ser lido como “uma espécie de vasta teoria da literatura brasileira em dois volumes” (CANDIDO, 1971, I, p. 49).

E acrescenta mais uma vez o que julga distintivo das literaturas americanas em relação às europeias:

a literatura do Brasil, como a dos outros países latino-americanos, é marcada por este compromisso com a vida nacional no seu conjunto, circunstância que inexiste nas literaturas dos países de velha

cultura. Nelas, os vínculos neste sentido são os que prendem necessariamente as produções do espírito ao conjunto das produções culturais; mas não a consciência, ou a intenção, de estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura (CANDIDO, 1971, I, p. 18).

O que, nesse livro de 1959, significava basicamente construir uma nação e sua literatura em moldes europeus, tendo como horizonte a integração no concerto das nações civilizadas e das literaturas plenas, capazes de fornecer a um homem, por si sós, isoladas que sejam, “o suficiente para elaborar a visão das coisas, experimentando as mais altas emoções literárias”.

LITERATURA E SUBDESENVOLVIMENTO

Num livro publicado no final do século passado, João Hernesto Weber estuda a constituição da ideia de nacionalidade no cânone da historiografia literária brasileira. Nesse trabalho que mereceria ser mais conhecido e debatido, o autor aponta para uma mudança de orientação no discurso de Candido sobre a literatura a partir de meados de 1960. Mais exatamente depois do golpe militar de 1964:

em fins dos anos sessenta, e nos anos setenta, estava suficientemente claro que nem o projeto nacional-desenvolvimentista, nem o nacional-popular, ou populista, nem o projeto de constituição de uma sociedade civil burguesa homogênea, sustentado, no caso, pela classe média “ilustrada”, tinham qualquer possibilidade de realização histórica, sendo necessário, pois, proceder-se à releitura da “Nação”, buscando-se compreender os novos tempos em que se vivia (WEBER, 1997, p. 146).

A explicação de Weber é que nesse momento naufraga a aposta na *aufklaerung* paulista. Candido e sua geração teriam experimentado a desilusão com o projeto civilizador da burguesia ilustrada, em aliança com a aristocracia do café, devido ao apoio dado por esses mesmos grupos ao golpe militar de 1964. O que o golpe lhes teria mostrado de forma indubitável é que estava sendo traçado um caminho muito diferente para a modernização brasileira, que agora se revelava poderoso e capaz de se impor de modo brutal: o modelo de um país periférico,

modernizado em função e dentro dos limites estabelecidos pelos países centrais. Ou seja, a modernidade que o país buscara ao longo da sua história terminava por ser uma modernidade relativa, exigida pelo capital internacional e por ele também controlada.

Dentre os trabalhos produzidos por Candido nas décadas seguintes à da *Formação da literatura brasileira* e estudados por Weber avultam “Literatura de dois gumes”, lido na Universidade de Cornell em 1966, e “Literatura e desenvolvimento”, publicado em francês em 1970. Em 1989, esses dois textos foram reunidos em livro. E, junto com “A revolução de 1930 e a cultura” (1980) e “A nova narrativa” (1979), formaram a terceira parte do volume *A educação pela noite e outros ensaios*.

Na “Explicação” que abre o volume, Candido define esses quatro textos como “amostras do que se poderia chamar de ‘crítica esquemática’, panoramas abrangendo segmentos amplos da atividade literária e cultural vista a voo de pássaro” (CANDIDO, 1989, p. 8).

Na publicação em livro, a inversão da disposição cronológica dos dois primeiros faz de “Literatura e subdesenvolvimento” uma espécie de introdução, de situação geral da problemática abordada nos seguintes. Já os três que se seguem formam um panorama da história literária nacional: “Literatura de dois gumes” concentra-se no período colonial, terminando por uma rápida apreciação do romantismo; “A revolução de 30 e a cultura” aborda o período indicado no título, e “A nova narrativa” retoma o período do anterior e o estende até a década de 1970.

A primeira impressão da leitura é que esse conjunto, marcado pela questão da herança colonial e do subdesenvolvimento, forma de fato um apanhado da história literária brasileira muito distinto da ótica otimista da *Formação*, em que a narrativa era, como vimos, a de um progressivo avanço em direção à *ilustração* nacional. E porque a constituição do sistema literário brasileiro era uma parte importante da construção da identidade cultural, a narrativa de base daquele livro apontava para um final feliz, em dois atos: o primeiro era o monólogo de Machado de Assis; o segundo, a festa modernista.

A consideração desses textos, portanto, e do seu contraste com os do livro de 1959 tem a maior importância, não só para a compreensão do conjunto da obra de Candido, mas também por conta da sua influência

em boa parte da intelectualidade brasileira que forma a sua escola, que parece terminar por ler o primeiro *Candido* pelos olhos do segundo. Nesse sentido, destacam-se “Literatura e subdesenvolvimento”, “Literatura de dois gumes” e “A nova narrativa”, porque é neles que se encontra um diálogo mais intenso do autor consigo mesmo, a partir da ideia de *formação* da literatura e da cultura brasileira.

Na “Explicação”, esses artigos são assim apresentados pelo autor:

“Literatura e subdesenvolvimento” expõe a correlação entre atraso cultural e produção literária na América Latina. “Literatura de dois gumes” distingue o papel duplo da literatura na formação da sociedade brasileira: de um lado, como instrumento do sistema de dominação colonial; de outro, como elaboração de uma linguagem culta própria do País (CANDIDO, 1989, p. 8).

Como está claro na própria autodescrição, “Literatura de dois gumes” é o ponto no qual se dá a virada, ao atribuir igual peso aos dois papéis da literatura, como construção própria e instrumento de dominação. E, dada a ênfase que a *Formação* punha no aspecto construtivo, integrativo, aqui recebe peso maior a questão colonial, como se vê pelo título da primeira parte do artigo, que é “Imposição e adaptação cultural”.

Uma breve colagem de algumas passagens parece suficiente para verificar a mudança de perspectiva, com o maior peso na noção de dominação e imposição.

E é o que se faz a seguir, com breves comentários, que visam destacar as modalizações que parecem ter-se originado da necessidade, agora, de fazer um contrapeso ao idealismo otimista da *Formação*.

Veja-se, por exemplo, no período transcrito abaixo, que a modalização vem como uma *coda*, uma correção de um enunciado que poderia ter vindo no livro de 1959, no qual, por certo, não era possível essa brutal redução da literatura a “episódio”:

para o historiador, o aspecto mais interessante da literatura nos países da América é a adaptação dos padrões estéticos e intelectuais da Europa às condições físicas e sociais do Novo Mundo, por meio do processo colonizador, de que é um episódio (CANDIDO, 1989, p. 164).

Já agora, em toda parte se descobre a ênfase nova: a literatura como peça do processo colonizador, como um dos mecanismos de denominação e imposição cultural:

no Brasil a literatura foi de tal modo expressão da cultura do colonizador, e depois do colono europeizado, herdeiro dos seus valores e candidato à sua posição de domínio, que serviu às vezes violentamente para impor tais valores, contra as solicitações a princípio poderosas das culturas *primitivas* que os cercavam de todos os lados. Uma literatura, pois, que do ângulo político pode ser encarada como peça eficiente do processo colonizador (CANDIDO, 1989, p. 165).

A literatura desempenhou papel saliente nesse processo de imposição cultural (CANDIDO, 1989, p. 166).

E logo, como marca da violência da nova visada sobre o discurso anterior, que tenta manter-se apesar das modalizações cada vez mais fortes, lê-se:

historicamente, a literatura do período colonial foi algo imposto, inevitavelmente imposto, como o resto do equipamento cultural dos portugueses. E este fato nada tem de negativo em si, desde que focalizemos a colonização não pelo que poderia ter sido, mas pelo que realmente foi como processo de criação do País, com todas as suas misérias e grandezas (CANDIDO, 1989, p. 176).

E então, como consequência derradeira, encontra-se esta formulação, que não teria lugar no livro de 1959 e terá grande importância para os rumos futuros, políticos e críticos, da obra de Candido:

Na sociedade duramente estratificada, submetida à brutalidade de uma dominação baseada na escravidão, se de um lado os escritores e intelectuais reforçaram os valores impostos, puderam muitas vezes, de outro, usar a ambiguidade do seu instrumento e da sua posição para fazer o que é possível nesses casos: dar a sua voz aos que não poderiam nem saberiam falar em tais níveis de expressão (CANDIDO, 1989, p. 178).

A nota nova, como se vê, é a articulação que o leva a considerar a literatura como simultaneamente parte do duro processo de dominação

e lugar de realização da voz do oprimido. Ou seja, começa a lhe aparecer aqui uma falha estrutural na construção do edifício literário brasileiro, que é a exclusão do elemento popular.

Essa ideia, que vai ganhar corpo ao longo desse conjunto de artigos, comparece desde logo como determinação histórica, pois, para o autor, sendo o processo de colonização um acontecimento da época do Humanismo, a literatura para cá transplantada era cheia de exigências formais, derivadas do contato com o mundo greco-latino. Por isso, justamente o que “havia de popular, mágico-religioso e espontâneo na literatura da Idade Média” não foi herdado pelos países americanos (CANDIDO, 1989, p. 164).

A essa determinação histórica se acrescenta outra:

a nacionalidade brasileira e as suas diversas manifestações espirituais se configuraram mediante processos de imposição e transferência da cultura do conquistador, apesar da contribuição (secundária em literatura) das culturas dominadas, do índio e do africano, esta igualmente importada (CANDIDO, 1989, p. 177).

E aqui se constata o esforço e a dificuldade da nova forma de tentar descrever o processo de construção nacional: *imposição* e *transferência* são termos que fazem supor uma identidade anterior semelhante à propalada pelo indianismo, diante da qual inclusive as culturas negras são “importadas”. E há que reconhecer: já não se pode aplicar aqui com coerência ou eficácia a metáfora vegetal da transplantação da muda, da adaptação do arbusto e do crescimento da árvore literária brasileira, que ocupava lugar de enorme relevo no arsenal metafórico da *Formação*.

Por fim, a oscilação do discurso, de acordo com os novos tempos, produz o jogo dialético, fazendo surgir outra vez a perspectiva que vigorava na *Formação*:

[O Classicismo,] ao estabelecer um contraste com o primitivismo reinante, permitiu aos intelectuais criar um mundo de liberdade e autonomia espiritual, que preservou a existência da literatura, neutralizando o perigo de absorção pelo universo do folclore; e ao fazer do escritor um cidadão da República universal das letras, tornou-o fator de civilização do País (CANDIDO, 1989, p. 177).

E junto com o elogio dos intelectuais e do ideal de autonomia espiritual, o padrão de gosto, embora banido programaticamente desse panorama (conforme se vê na “Explicação”), reaparece de corpo inteiro, quando diz que não pôde mostrar como o Barroco, por exemplo, tendo embora seu aspecto positivo, “instaurou nos hábitos mentais do brasileiro um amor irracional pela grandiloquência pura e simples”.

Por fim, no que diz respeito à ideia de “formação”, escreve:

nos países da América Latina a literatura sempre foi algo profundamente empenhado na construção e na aquisição de uma consciência nacional, de modo que o ponto de vista histórico-sociológico é indispensável para estudá-la (CANDIDO, 1989, p. 180).

E, portanto, eis o sentido de unidade, nesse momento do texto, dado pela modalização do que se forma: não mais o sistema autônomo, erudito, integrado e produtivo a partir de sua própria tradição, mas a consciência nacional:

Esta circunstância dá continuidade e unidade à nossa literatura, como elemento de formação da consciência nacional, do século XVI, ou pelo menos do século XVII, até o século XIX (CANDIDO, 1989, p. 179).

O PÚBLICO POSSÍVEL E O ATRASO PRODUTIVO

A novidade do pensamento dos anos 60 fica mais clara num texto menos interessante, talvez porque mais “resolvido” do ponto de vista da superação da visada culturalista da *Formação*: “Literatura e subdesenvolvimento”.

Aqui, praticamente não há mais traço de aposta na literatura como ilustração e integração positiva ao Ocidente. Ela é vista como instrumento de dominação, e o tom geral é o de alerta: “somos um continente sob intervenção” (p. 146) – e, na apreciação do passado, o público restrito não se explica mais pelas agruras e dificuldades do processo civilizatório, mas como parte do movimento mais amplo, definidor da persistência do colonialismo: a “segregação aristocrática” que definiu a sociedade brasileira.

Como bem observou João Hernesto Weber, acentuando o contraste, “o que era ‘bom’ na *Formação* passa a ‘mau’ em ‘Literatura e subdesenvolvimento’” (WEBER, 1997, p. 142). E ainda:

Em “Literatura e subdesenvolvimento”, encontramos na contração da *Formação*: a integração ao Ocidente é vista pelo seu reverso, isto é, pelos descaminhos que apresenta, dada a dependência (WEBER, 1997, p. 141).

Uma das questões centrais da revisão conceitual, no que diz respeito ao tripé autor/obra/público da *Formação*, é a reflexão sobre esse último elemento.

Para Candido, a dificuldade da constituição do público, que afirma ser uma das especificidades da literatura da América hispânica e portuguesa, deriva também do fato de que a colonização foi feita por “metrópoles que ainda hoje têm áreas subdesenvolvidas (Espanha e Portugal)”. Nações nas quais “a literatura foi e continua sendo um bem de consumo restrito” (CANDIDO, 1989, p. 144).

E a última decorrência dessa herança é que nessas regiões ainda hoje há grandes contingentes de população “fora do alcance da literatura erudita”, mas rápida e perigosamente “alfabetizados” pelos meios de comunicação. Daí que seu prognóstico seja afinal bastante negativo, no que diz respeito à consistência e à amplitude do público contemporâneo da cultura erudita em tais sociedades: “Não há interesse, para a expressão literária da América Latina, em passar da segregação aristocrática da era das oligarquias para a manipulação dirigida das massas, na era da propaganda e do imperialismo total” (CANDIDO, 1989, p. 146).

Esse texto, porém, não se livra totalmente das contradições herdadas do predomínio do gosto educado na definição do valor e da necessidade de aferição da qualidade estética das obras a partir de um padrão ideal:

Mas o que chama a atenção na América Latina é o fato de serem consideradas vivas obras esteticamente anacrônicas; ou o fato de obras secundárias serem acolhidas pela melhor opinião crítica e durarem por mais de uma geração – quando umas e outras deveriam

ter sido desde logo postas no devido lugar, como coisa sem valor ou manifestação de sobrevivência inócua (CANDIDO, 1989, p. 150).

Entretanto, o quadro não se fecha em cores totalmente negativas – e esse é um traço importante, de amplas consequências para a obra de Candido e seus discípulos –, pois há uma atenuante, nessa forma de aferição da qualidade estética pela sincronia com as realizações europeias: a adequação dos estilos à descrição do estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira.

A ideia é de “demora cultural” – uma denominação simpática para atraso ou desatualização – que lhe permite não só explicar o Barroco tardio (em clave negativa) mas ainda o Naturalismo ainda mais tardio (em clave positiva).

O fato de sermos países que na maior parte ainda têm problemas de ajustamento e luta com o meio, assim como problemas ligados à diversidade racial, prolongou a preocupação naturalista com os fatores físicos e biológicos. Em tais casos o peso da realidade local produz uma espécie de legitimação da influência retardada, que adquire sentido criador. Por isso, quando na Europa o Naturalismo era uma sobrevivência, entre nós ainda podia ser ingrediente de fórmulas literárias legítimas, como as do romance social dos decênios de 1930 e 1940 (CANDIDO, 1989, p. 150).

Finalmente, reconhecendo a inevitabilidade da “ligação placentária” com a Europa, no que toca à literatura e à cultura, Candido apresenta um balanço negativo do esforço de construção que foi descrito na *Formação*: [não criamos] “quadros originais de expressão, nem técnicas expressivas básicas [...] e embora tenhamos conseguido resultados originais no plano da realização expressiva, reconhecemos implicitamente a dependência” (CANDIDO, 1989, p. 151).

Esse reconhecimento, que é a consciência da defasagem entre a nossa sociedade e a dos países desenvolvidos, se faz, segundo Candido, em dois estágios, com diferentes colorações emotivas. E é assim que ele os descreve, relendo um texto de Mário Vieira de Mello:

Neste ensaio falarei, alternativa ou comparativamente, das características literárias na fase da consciência amena do atraso, correspon-

dente à ideologia de “país novo”; e na fase da consciência catastrófica do atraso, correspondente à noção de “país subdesenvolvido”. Isso porque ambas se entrosam intimamente e é no passado imediato e remoto que percebemos as linhas do presente (CANDIDO, 1989, p. 142-3).

Do ponto de vista da questão estética e literária, seria ainda possível discernir uma fase de “pré-consciência”, que lhe permite agora modalizar o elogio do romance “atrasado”, regionalista/naturalista, como caminho possível:

A realidade econômica do subdesenvolvimento mantém a dimensão regional como objetivo vivo [...] Com efeito, na fase de consciência eufórica de país novo, caracterizada pela ideia de atraso, tivemos o regionalismo pitoresco, que em vários países se inculcava como *a* verdadeira literatura. É a modalidade há muito superada ou rejeitada para o nível da sublitteratura. [...] Na fase de pré-consciência do subdesenvolvimento, ali pelos anos de 1930 e 1940, tivemos o regionalismo problemático, que se chamou de “romance social”, “indigenismo”, “romance do Nordeste” [...] (CANDIDO, 1989, p. 159-160).

Modalização que abre caminho para a percepção de um fenômeno relevante, que seria a criação de um “super-regionalismo”:

o que vemos agora, sob esse aspecto, é uma florada novelística marcada pelo refinamento técnico, graças ao qual as regiões se transfiguram e os seus contornos humanos se subvertem, levando os traços antes pitorescos a se descarnarem e adquirirem universalidade (CANDIDO, 1989, p. 161).

É esse “super-regionalismo” que

corresponde à consciência dilacerada do subdesenvolvimento e opera uma explosão do tipo de naturalismo que se baseia na referência a uma visão empírica do mundo; naturalismo que foi a tendência estética peculiar a uma época onde triunfava a mentalidade burguesa e correspondia à consolidação das nossas literaturas (CANDIDO, 1989, p. 162).

Independentemente do resultado da aposta do autor num super-regionalismo como solução aos impasses da consciência dilacerada, é fácil ver que essa tipologia, sem ironia, poderia aplicar-se a descrever os dois momentos da obra de Antonio Candido que vimos tratando: a *Formação* estaria mais próxima do polo da “consciência amena do atraso”, na medida em que via a superação como possível e a “formação” nacional como algo não só possível, mas já em curso final; enquanto esses dois textos de *A educação pela noite* seriam marcados e definidos pela “consciência catastrófica”.

Mas o que sucede ao Candido iluminista, quando assume a consciência dilacerada do subdesenvolvimento? Como sustenta a tese da relação positiva da literatura com a promoção da consciência nacional, por um lado. e, por outro, que objetos encontra ele para o seu gosto que é de equilibrado amor pela clareza árcade e pelo compromisso romântico? Que tipo de solução propõe ou entrevê para o impasse em que se encontra, quando procede à releitura da *Formação* e “a visão de uma literatura nacional homogênea, integrada ao Ocidente, [dá] lugar... à visão dos descaminhos, dos descompassos, das descontinuidades até, da inserção das literaturas da América Latina nas zonas de influência das literaturas metropolitanas”? (WEBER, 1997, p. 145).

FICÇÃO, INOVAÇÃO, REALIDADE NACIONAL

Num artigo de 1979, incluído nesse livro sob o título “A nova narrativa”, Candido descreve o que julga válido e característico após o momento do super-regionalismo.

A discussão ainda gira à volta do tema do regionalismo em muitos momentos. Mas inclui uma questão da maior relevância nesse momento: o exotismo social, traduzido pela distância entre a voz do romancista e a voz popular, presente tanto no romance regionalista tradicional, quanto em muitos romances urbanos.

Da eliminação dessa distância, por outro lado, nasce a força do novo romance, no qual o crítico identifica o desígnio integrativo de “apagar as distâncias sociais, identificando-se com a matéria popular” (CANDIDO, 1989, p. 213)

Seguindo essa linha, após recensear a literatura dos anos de 1930 ao presente, Candido levanta duas questões que podem ser o Cila e o

Caríbdis do novo momento literário: por um lado, a busca de impacto da literatura contemporânea, que gera uma moda cediça de novidades rápidas que geram o desinteresse (o que ele não justifica, mas é certo que, dentro do seu quadro conceitual, é derivado do confronto com a indústria cultural, como se a literatura estivesse tentando ganhar a guerra com as armas do outro), e, por outro, o fato de “alguns dos livros mais criadores e sem dúvida mais interessantes da narrativa brasileira recente serem devidos a não-ficcionistas ou, mesmo, não serem de ficção” (CANDIDO, 1989, p. 214).

Por fim, condizente com o que aparecia como seu padrão de gosto na *Formação*, ao condenar Odorico e os formalismos, assim sugere uma aparente razão do seu interesse literário por essas obras não ficcionais: “... apresentam uma escrita antes tradicional, com ausência de recursos espetaculares, aceitação dos limites da palavra escrita, renúncia à mistura de recursos e artes, indiferença às provocações estilísticas e estruturais” (CANDIDO, 1989, p. 214).

E eis o final do texto, no qual a consciência catastrófica do subdesenvolvimento produz, em Candido, uma espécie de recusa à contemporaneidade:

Portanto, na literatura brasileira atual há uma circunstância que faz refletir: a ficção procurou de tantos modos sair das suas normas, assimilar outros recursos, fazer pactos com outras artes e meios, que nós acabamos considerando como obras ficcionalmente mais bem realizadas e satisfatórias algumas que foram elaboradas sem preocupação de inovar, sem vinco de escola, sem compromisso com a moda; inclusive uma que não é ficcional. Seria um acaso? Ou seria um aviso? Eu não saberia nem ousaria dizer. Apenas verifico uma coisa que é pelo menos intrigante e estimula a investigação crítica (CANDIDO, 1989, p. 215).

AS RUÍNAS DO SISTEMA E A ESPERANÇA FUGAZ

Desse ponto em diante, creio que há dois vetores a dirigir o pensamento de Candido, que não se coadunam ou não são tributários da construção arquitetônica da *Formação*. Embora, como um baixo contínuo, os princípios estruturantes da *Formação* continuem a vigorar em textos esparsos de escopo vário.

O primeiro deles é a valorização cada vez maior do popular e do nacional – especialmente do primeiro – como objeto da literatura. Dar a voz ao povo começa a parecer, de modo explícito ou implícito, o veio determinante da boa literatura nacional.

É assim que ele vai analisar *Memórias de um sargento de milícias*, e postular que aquela representação de uma sociedade sem elite e sem escravos traga uma percepção real da sociedade brasileira, marcada pela alternância entre a ordem e a desordem (CANDIDO, 1970).

E é assim que ele vai analisar *O cortiço* a partir de um dito popular, cuja origem ele não cita, e transformar o romance numa alegoria da sociedade brasileira de fins do século XIX (CANDIDO, 2004).⁴

E é assim, finalmente, que o otimismo possível, dentro da consciência catastrófica, vai conduzi-lo em outros domínios além da literatura, a essa aposta na emergência do popular, do culturalmente não formado, como renovação e possibilidade de reversão do subdesenvolvimento – e vai levá-lo a supor um momento possível de efetivo desenvolvimento político, no que lhe pareceu o momento redentor da pátria brasileira: aquele no qual se realizaria por fim a independência do país por meio do concurso de todas as classes econômicas e culturais.

Isso se deu em 2002, no texto que publicou na *Folha de S. Paulo*, após a eleição de Lula.

Chegou portanto a hora de adotar o que Lula vem afirmando: a necessidade histórica de cooperação entre os grupos e os interesses, a fim de preservar o máximo de autonomia política nacional e de bom desempenho econômico, visando sempre à superação das atrozidades das desigualdades sociais e regionais do Brasil. Na verdade, trata-se de assegurar nada menos do que a nossa independência e de avançar nas conquistas sociais (CANDIDO, 2002).

E ainda:

A vitória de Lula pode ser o começo de uma fase redentora na vida política e social brasileira, se todos nós nos esforçarmos para superar os ângulos parciais em proveito de um esforço comum, a partir do qual será possível esboçar-se um Brasil de igualdade e de liberdade, dentro da democracia efetiva (CANDIDO, 2002).

É que Antonio Candido, após o momento de tomada da consciência catastrófica do subdesenvolvimento, tinha-se empenhado seriamente na superação da dependência por meio da ação política. Mais especificamente, participando da criação e da orientação de um partido de extração operária com tendência à composição com os adversários. Ou seja, de um partido que substituísse, como ele mesmo disse nesse artigo de 2002, o embate setorial por um grande pacto nacional.

Era a ideia de sistema, de funcionamento integrado das partes e concorrência para o bem geral, que voltava.

Entretanto, estava errado Antonio Candido. Seu otimismo constitutivo o levou a esse momento de esperança irrealista.

Mais agudo no exercício analítico baseado na “consciência catastrófica”, seu principal discípulo já afirmava, quatro anos antes, justamente ao comentar a *Formação*, a inadequação da perspectiva formativa para continuar pensando o país. E os fatos posteriores – principalmente o que vem sucedendo no país, a partir do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016 – mostraram que a razão estava com ele, Schwarz, e não com o seu mestre:

Chegando aos dias de hoje, parece razoável dizer que o projeto de completar a sociedade brasileira não se extinguiu, mas ficou suspenso num clima de impotência, ditado pelos constrangimentos da mundialização. A expectativa de que nossa sociedade possa se reproduzir de maneira consistente no movimento geral da modernização capitalista está relegada ao plano das fantasias piás, não sendo mais assumida por ninguém. Nesse quadro novo, como fica a própria ideia de formação?

Schwarz fornece algumas respostas, mas a decisiva é esta:

... ela, que é também um ideal, perdeu o sentido, desqualificada pelo rumo da história. A nação não vai se formar, as suas partes vão se desligar umas das outras, o setor “avançado” da sociedade brasileira já se integrou à dinâmica mais moderna da ordem internacional e deixará cair o resto. Enfim, à vista da nação que não vai se integrar, o próprio processo formativo terá sido uma miragem que a bem do realismo é melhor abandonar. Entre o que prometia e o que cumpriu a distância é grande (SCHWARZ, 1999, p 56-57).

CONCLUSÃO

A *Formação* não é uma Bíblia nacionalista, como a trataram por anos a fio os discípulos fiéis e alguns adversários, nem parece existir continuidade estreita entre o trabalho de Schwarz e o de Candido.⁵ Pelo contrário, no que diz respeito a esta última questão, o que se pode perceber é um trânsito de mão dupla, pois tanto é possível perceber que Schwarz se apropria das obras de Candido (e as “corrige”), modernizando-as pelo enquadramento em outras linhas narrativas, quanto que o próprio Candido se vai relendo ao longo dos anos de 1960 e 1970 a si próprio pelas lentes de Schwarz, embora essas releituras não sejam pacíficas, pelo que implicam de contradição com a obra anterior e com uma parte de sua obra que é contemporânea da releitura e segue ainda os pressupostos do livro de 1959. Essas duas formas de ver o trabalho de Antonio Candido – relido pelo próprio, ou pelos livros de Schwarz, por meio principalmente do movimento de apropriação panegírica presente nos seus escritos sobre o mestre (ainda quando, como neste caso, a divergência seja forte a ponto de o título do artigo ficar sem sentido, pois o livro já não tinha fôlego, enquanto projeto, quando Schwarz assim o homenageava) – não fazem inteira justiça à obra.

Porque nem por ser datado e exibir um ponto de vista insustentável deixa a *Formação* de ser um belíssimo livro de ensaios sobre autores, da perspectiva de um homem culto, empenhado num combate pela construção da nacionalidade e pela independência da literatura brasileira em face da portuguesa e da nação em face do imperialismo colonial.

Nesse sentido, estava certo o próprio Candido, quando reivindicava para o seu livro de 1959 que fosse lido como um livro de crítica, e não de história. Muito menos de história prospectiva, acrescentaria eu como conclusão desta breve aproximação a essa obra imensa, que esteve sempre presente no horizonte do debate sobre literatura e cultura no século XX no Brasil.

ANTONIO CANDIDO AND THE AWARENESS OF BACKWARDNESS

ABSTRACT

This article focuses on some inflections of Antonio Candido's work: first, we present his historical perspective on Brazilian literature and culture in the

“years of development” (1950s), which pointed to the integration of Brazil into the civilized nations club; in the sequence, the impact of the military coup d’état (1964) on the author’s thinking and the changes in his perception of the modernization of the country in the a world ruled by imperialism; finally, we discuss, as a consequence of that impact, the praise of popular culture in the evaluation of some works of the nineteenth century, as well as the corresponding expectation of a cultural and political transformation of the country through a great alliance, a great national pact.

KEYWORDS: Brazilian culture, Antonio Candido, Brazilian literature.

ANTONIO CANDIDO Y LA CONSCIENCIA DEL ATRASO

RESUMEN

Este artículo se centra en algunas inflexiones del trabajo de Antonio Candido: primero, presentamos su perspectiva histórica sobre la literatura y la cultura brasileñas en los años del desarrollo (década de 1950), que se inscribían en la integración de Brasil al club de las naciones civilizadas; en segundo lugar, discutimos el impacto del golpe de estado militar de 1964 en el pensamiento del autor, las transformaciones en su percepción de la modernización del país y el lugar reservado para él en el orden capitalista mundial; finalmente, discutimos, como consecuencia de ese impacto, la valorización de la cultura popular en la evaluación de algunas obras del siglo XIX, así como la correspondiente expectativa de una transformación cultural y política del país a través de una gran alianza, una gran pacto nacional.

PALABRAS CLAVE: cultura brasileña, Antonio Candido, literatura brasileña.

NOTAS

1. Este estudo foi desenvolvido com apoio de uma bolsa de pesquisa do CNPq.
2. Segundo uma versão corrente dessa lenda, havia numa povoação às margens do Atuba uma imagem de Nossa Senhora da Luz, que todos os días amanhecia voltada para uma mesma direção. Cumprindo a aparente vontade da Santa, resolveu-se fundar para aqueles lados uma cidade. Guiados os brancos pelo cacique dos índios do lugar, chegaram a uma parte onde este

fincou uma vara no chão e disse: Aqui é o lugar! “Core Etuba” – que quer dizer “muito porco” ou “muito pinhão”, indicando a abundância de comida... Dessa vara teria brotado uma grande árvore, que se tornou o marco zero da cidade.

3. A frase destacada e contraditada é de Candido.
4. A propósito da leitura de Candido, ver FRANCHETTI, 2011.
5. A propósito, ver MELO, 2014.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: _____. *O discurso e a cidade*. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004.

_____. ; CASTELO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira*. 5. ed. São Paulo: Difel, 1974. (v. 2).

_____. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da USP*, n. 8, 1970.

_____. Um presidente, muita esperança. *Folha de S. Paulo*, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2810200233.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 4. ed. São Paulo: Martins, [s.d.] [1971].

COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FRANCHETTI, Paulo. Leituras de O Cortiço: notas para um público estrangeiro. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 18, 2011. Disponível em: <<http://www.abralic.org.br/downloads/revistas/1415577188.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MELO, Alfredo César Barbosa de. Pressupostos, salvo engano, de uma divergência silenciosa: Antonio Candido, Roberto Schwarz e a modernidade brasileira. *Alea – Estudos Neolatinos*, v. 16, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2014000200403>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SCHWARZ, Roberto. Os sete fôlegos de um livro. In: _____. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

Submetido em 1 de abril de 2018

Aceito em 24 de abril de 2018

Publicado em 31 de agosto de 2018
